PROJETO DE LEI N° _____, DE 2022. (DO SR. FÁBIO HENRIQUE)

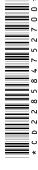
Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, a fim de impedir a remoção imediata de veículos por falta de regularização do licenciamento.

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, a fim de impedir a remoção imediata de veículos com o licenciamento atrasado.

Art. 2º O art. 271 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 9º-E e 9º-F:

§ 9°-E No caso da infração prevista no inciso V do caput do
art. 230, quando o licenciamento estiver pendente de
regularização, o veículo não poderá ser imediatamente
removido e será concedida ao condutor a possibilidade de
regularizar a situação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos,
mediante a assinatura de termo, na presença da autoridade,
sem prejuízo das demais sanções.
§ 9°-F Nos termos do parágrafo anterior, o condutor,
efetuando o pagamento do licenciamento, deverá comunicar o
fato ao respectivo órgão de trânsito dentro do prazo de 30
(trinta) dias mencionado, sob pena de apreensão do veículo.
(NR)"

"Art. 271







Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em de de 2022.

Deputado FÁBIO HENRIQUE UNIÃO-SE

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei tem por finalidade impedir a remoção imediata do veículo por atraso na regularização do licenciamento. Dessa forma, pretendemos alterar o Código de Trânsito, a fim de possibilitar ao condutor a regularização do licenciamento no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a assinatura de termo, com a comunicação do pagamento ao respectivo órgão de trânsito.

Atualmente, nos termos do art. 230, inciso V, do Código de Trânsito Brasileiro, constitui infração administrativa "conduzir veículo que não esteja registrado e devidamente licenciado", estando o condutor sujeito a multa e apreensão do veículo.

No caso de veículo que não esteja registrado, entendemos que a medida de apreensão é válida. Não obstante, quando o licenciamento está pendente de regularização, a medida de remoção imediata se torna arbitrária.

A Lei nº 14.229/2021 possibilitou, por intermédio do § 9º-A, acrescido ao art. 271 do Código de Trânsito Brasileiro que, quando não for possível sanar a irregularidade no local da infração, o condutor possa regularizar a situação no prazo de 15 (quinze) dias:

"Art. 271, § 9°-A, do CTB: quando não for possível sanar a irregularidade no local da infração, o veículo, desde que ofereça condições de segurança para circulação, será liberado e entregue a condutor regularmente habilitado, mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, contra a apresentação de recibo, e prazo razoável, não superior a 15 (quinze) dias, será assinalado ao condutor para regularizar a situação, o qual será considerado notificado para essa finalidade na mesma ocasião".

Ressalta-se que a Lei nº 14.229/2021 corrigiu a arbitrariedade com relação ao pagamento de IPVA. Não obstante, o § 9º-B excluiu da normativa do § 9º-A o art. 230, inciso V, que trata justamente da infração administrativa relativa à







condução de veículo que não esteja registrado ou devidamente licenciado. Desse modo, continua sendo possível a remoção imediata e arbitrária do veículo que não esteja devidamente licenciado.

O que pretendemos com a proposição é corrigir a referida arbitrariedade, possibilitando ao condutor a regularização da situação do licenciamento no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a assinatura de termo na presença da autoridade. Assim, poderemos corrigir situações como, por exemplo, a de uma família que está viajando e, quando o veículo é parado numa *blitz*, verifica-se que o licenciamento está em atraso, gerando a remoção do veículo e diversos prejuízos para o condutor e seus familiares.

Isso posto, contamos com o apoio dos nobres pares, de forma a aprovar o presente projeto de lei e corrigir a injusta situação atual dos condutores que têm seus veículos removidos arbitrariamente por falta de regularização do licenciamento.

Sala das sessões, em

de de 2022.

Deputado FÁBIO HENRIQUE UNIÃO-SE

